

## **A degradação da Lagoa de Sombrio-SC e as relações ambientais para subsistência dos pescadores (1960-2005)**

Alfredo Ricardo Silva Lopes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo historicizar o processo de degradação da Lagoa de Sombrio, no extremo Sul de Santa Catarina, bem como, o atual debate sobre sua preservação, por meio de entrevistas realizadas junto aos pescadores locais.

**Palavras chave:** Meio Ambiente; Lagoa do Sombrio; Degradação ambiental.

**Abstract:** This study aims to historicize the process of degradation of the Sombrio Lake in the extreme south of Santa Catarina, and the current debate about its preservation, through interviews with the local fishermen.

**Keywords:** Environment; Lagoa de Sombrio, environmental degradation

O presente trabalho tem como objetivo historicizar o processo de degradação da Lagoa de Sombrio, no extremo Sul de Santa Catarina, bem como, o atual debate sobre sua preservação (1960-2005), por meio dos Estudos de Impacto Ambiental e de entrevistas realizadas junto aos pescadores locais.

A história ambiental consegue tornar a disciplina histórica mais inclusiva, pois como aponta Worster, “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta ‘super-natural’, de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” (WORSTER, 1991: 199). Essa condição de insulamento dos humanos relacionada ao ambiente, sem atentar para as conseqüências das ações antrópicas pode ser observada nas possíveis causas degradação da Lagoa de Sombrio.

A Lagoa de Sombrio juntamente com a Lagoa do Caverá formam um complexo lagunar que desemboca no Rio Mampituba (divisa entre os estados do SC e RS). Ambas sofreram intervenções antrópicas com a construção de canais retos que aumentaram o fluxo de água em direção ao Rio Mampituba. Mas a Lagoa de Sombrio encontra-se mais degradada pelo fato de zonas urbanas estarem próximas de suas margens, outro motivo que fez da mesma o objeto de estudo os diferentes discursos de preservação ligados à lagoa.

Neste ponto a questão cultural se relaciona com a ambiental, pois enquanto lugar de memória a Lagoa do Sombrio é muito mais relevante para os moradores da região que as

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Bolsista do CNPq. Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

outras lagoas próximas aos municípios que a margeiam. Esse ponto deve ser visto como reflexo das fixações de zonas urbanas próximas à lagoa, desta forma o contingente populacional imbui de significado o ambiente com que se relaciona.

Na busca pela definição do espaço a ser analisado, no caso dos recortes espaciais ligados a terra se deve tomar cuidado para não naturalizar as fronteiras políticas, e, sempre que possível, ainda transgredi-las a fim de “(...) revelar a dimensão regional da pesquisa, corrigir e reafirmar pretensões iniciais e desvendar conexões até então não pensadas” (SILVA; LINHARES, 1995: 15-26). Ao definir inicialmente um corpo de água como recorte espacial as questões fronteiriças são mais complexas, pois como ocorreu na Lagoa de Sombrio, as margens são móveis. Isto sucede tanto por ações antrópicas quanto por causas ambientais. Consecutivamente, com a transformação da fronteira, ou seja, a movimentação das margens, novas formas de relação com o mundo natural se efetivam.

As diretrizes de trabalho do historiador ambiental (WORSTER, 1991: 203) procuram avaliar as demandas em conjuntos. O primeiro deles é o entendimento da natureza, tal como um determinado ambiente se organizou e funcionou no passado, para tanto o diálogo interdisciplinar com as ciências naturais se mostra fundamental, sempre atentando para o viés ecológico. Entretanto, como foi no caso desta pesquisa, uma ajuda foi tão significativa quanto os trabalhos produzidos por geógrafos na região, o contato com os pescadores que ainda sobrevivem da lagoa.

Nesse sentido cabe afirmar que além da ilustração acadêmica o historiador ambiental deve entrar em contato com os saberes daqueles inseridos no ambiente. Com os procedimentos de história oral pôde-se considerar o modo de vida e o posicionamento dos pescadores sobre o passado da lagoa e sua atual situação. Tal abordagem ainda vai ao encontro de extrair das entrevistas as percepções de natureza que os pescadores possuem, as percepções do passado e as diferentes formas de agir na atual situação em que se encontra o manancial de água. Pois como aponta Worster (1991: 210), buscando os significados da natureza o historiador ambiental deve analisar como essas idéias são socialmente construídas.

A motivação para a realização da pesquisa está amparada pela visibilidade que a Lagoa de Sombrio tem recebido na mídia do extremo Sul catarinense nos últimos anos, atentando para degradação da mesma, ou seja, os processos que possibilitaram a diminuição da lâmina d'água, o aumento da salinização e assoreamento.

Esses conflitos são fruto de dissonantes interesses, visto que alguns agricultores vêem os ambientalistas como “inimigos”, que pretendem atrapalhar o desenvolvimento da economia regional. Já os ambientalistas, por vezes almejam resgatar uma “natureza intocada”, incapaz

de ser alcançada. Pequenos proprietários titubeiam em apoiar projetos que elevem a lâmina d'água, pois assim perderiam ricas terras que usam para plantar. Os políticos locais, normalmente em época eleitoral, levantam a bandeira em favor da proteção da lagoa, embora o discurso quase sempre seja vazio e apenas com fins eleitoreiros.

A Lagoa do Sombrio está localizada no extremo Sul do estado de Santa Catarina, no Vale do rio Mampituba, divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo o escritor Raulino Reitz (1948:130-131) a região divide-se em quatro faixas paralelas de direção norte-sul: o litoral, as lagoas, a zona dos morros e o talude da Serra Geral.

Atualmente, a Lagoa constitui-se no maior corpo de água doce existente no litoral do extremo sul do Estado de Santa Catarina. O trabalho de Scheibe & Pellerin, publicado em 1997, mas realizado em 1994, dimensiona a Lagoa em uma área de cerca de 5.000 hectares, com um eixo no sentido NE-SW de aproximadamente 20 Km, com uma largura variável entre 0,5 e 5,0 Km, profundidades marginais (de 0 a 200 metros da margem) inferiores a 1,0 metro e com profundidade máxima de 1,6 metros.

Antes do asfaltamento da BR-101 era através da lagoa que os produtos regionais (madeira, mandioca, cerâmica) mais facilmente escoavam até o porto de Torres-RS. Com o asfaltamento da rodovia mudando o escoadouro econômico regional, a Lagoa de Sombrio perdeu visibilidade e, consecutivamente, importância frente à comunidade. Ainda, durante a década de 1970, foi criado um canal entre a Lagoa do Caverá (pertencente aos municípios de Araranguá e Sombrio) e a Lagoa de Sombrio, a ligação entre as duas lagoas já existia, mas era sinuosa. No mesmo projeto, a ligação da Lagoa de Sombrio com o Rio Mampituba que também era sinuosa, foi aberta (entre 1957 e 1978). Com a efetivação desse projeto a vazão de água aumentou, a lâmina d'água da lagoa diminuiu e, sucessivamente, cresceram as terras utilizáveis para a agricultura.

A bacia do rio da Laje (canal entre as lagoas do Caverá e Sombrio) constitui-se também em ambiente reconhecido como impactante negativo da Lagoa do Sombrio. Atividades antrópicas desenvolvidas no interior desta bacia como a agricultura, feccularia e cerâmica, somadas aos dejetos urbanos, foram citados como potencializadores da degradação da Lagoa.

Dados não precisos fornecidos por agricultores locais afirmam que a técnica de cultivo do arroz irrigado chegou à região Sul de SC no início da década de 1960. Caso seja confirmada a inserção técnica caberá avaliar se a modificação ocorrida no complexo lagunar foi pautada na potencialização da agricultura local.

Esta hipótese estaria aliada a introdução de agrotóxicos no estado, através de programas de extensão rural da extinta ACARESC. Segundo Miguel M. X. de Carvalho, a disseminação de defensivos agrícolas está diretamente ligada a fundação da ACARESC em 1957 (CARVALHO, 2004: 26).

No ano de 1997 foi editado pelo Governo de Santa Catarina sob a autoria Luis Fernando Scheibe e Joel Pellerin livro sobre a qualidade ambiental do município de Sombrio. O sétimo capítulo da obra foi inteiramente dedicado a caracterização ambiental da Lagoa de Sombrio, no trabalho são analisadas aerofotos onde em 1957 a rede hidrográfica local apresenta estrutura bem sinuosa entre as duas lagoas, “em 1978, um canal retilíneo já faz ligação entre as lagoas do Caverá e do Sombrio, e uma rede de canais secundários perpendiculares e lineares drena toda a planície” (1997:119).

A forma retilínea em redes de drenagem que foram estabelecidas possibilitam uma maior velocidade das águas, e conseqüentemente motivam o acréscimo na quantidade de sedimentos sólidos no fluxo d’água e um aumento no assoreamento (1997:120), a colocação dos geólogos é corroborada pelos pescadores locais, pois como afirma Aldir Souza Pereira<sup>2</sup>, na foz do rio da Lage não se pesca. Os pescadores de Sombrio há muito tempo têm que direcionar seus barcos mais ao sul a fim de saírem da área assoreada.

Na parte final do capítulo os autores discutem os resultados do levantamento ambiental. Apesar dos moradores locais enfatizarem que o abaixamento do nível de água da lagoa se deve a cultura do arroz e a retificação do canal de ligação do rio Mampituba, o que segundo os pesquisadores nada pode ser comprovado. Entretanto foi averiguada uma intensa sedimentação no interior da lagoa, processo que é acelerado pela abundante vegetação aquática existente.

No tocante a poluição, apesar de não terem sido feitas análises químicas específicas para os indicadores de poluição, no principal afluente o Rio da Lage, que passa por área agrícola e urbana, recebe resíduos de agrotóxicos, esgoto doméstico, industrial e resíduos em geral. Como diagnóstico os especialistas afirmam que, “o uso de agrotóxicos nas culturas de fumo e arroz, a inexistência de redes de tratamento de esgotos (...), o aterro sanitário em uma área adjacente a lagoa, a existência de postos de abastecimento são fatores que devem ser objetivo de estudos mais aprofundados” (SCHEIBE; PELLERIN, 1997: 127). O terceiro ponto problematizado são as alternativas para utilização da Lagoa do Sombrio enfocando atividades econômicas e de lazer.

---

<sup>2</sup> Entrevista cedida em 12 de março de 2009, Sr. Aldir Souza Pereira.

Foram produzidos dois Estudos de Impacto Ambiental (EIA) sobre a Lagoa, em 1999 e 2005. O primeiro realizado pela EPAGRI (Gerência Regional de Urussanga) entre novembro e dezembro de 1999, encomendado pela Prefeitura Municipal de Sombrio respondia às questões levantadas pela Promotoria Pública da Comarca de Sombrio. Avalia o comprometimento do manancial pela agricultura e a contaminação carbonífera dos lençóis freáticos, e considerando questões econômicas defende a preservação do manancial.

“A necessidade de protegemos os mananciais de água doce é ainda reforçada ao considerarmos a posição geográfica e estratégica da região sul de Santa Catarina. A presença do litoral, o seu elevado potencial turístico, a sua aptidão para consolidar-se como rota preferencial do MERCOSUL e a proximidade com centros expressivos, como Porto Alegre e Florianópolis, frente às limitações de ampliação das povoações e atividades para oeste devido aos obstáculos da serra muito próxima, conduzem a região para uma densidade demográfica no futuro. Esta importância estratégica das águas da Lagoa do Sombrio para o momento atual e para os tempos futuros” (1999: 1).

Entretanto o trabalho não esclarece a qualidade da água na Lagoa de Sombrio. Nas conclusões, além das suspensões das atividades poluidoras mais uma medida é levantada, o barramento do canal da Barrinha<sup>3</sup>. Segundo os pescadores locais essa medida comprometeria ainda mais a “vida” da Lagoa, pois a água salgada que entra no manancial trazida pelo vento Sul e levada dentro de três dias com a mudança do vento é a responsável pela “limpeza” da lagoa.

Por não analisar a qualidade da água o primeiro EIA não contemplou uma discussão que existe na região que é a salinização da lagoa, vista na maior parte dos locais como resultado recente da degradação. Contudo, como exposto anteriormente na fala dos pescadores que sempre tiveram sua vida atrelada ao ambiente lagunar, a Lagoa de Sombrio sempre foi salgada. O Depoimento do Senhor Pedro China, como é localmente conhecido, é esclarecedor.

“Quando eu era menino teve uma festa de batizado aqui nessa casa [aponta para os resquícios de uma casa feita de pedras em 1830 por seu bisavô a beira da lagoa], naquela tarde ninguém pôde tomar café, e tu sabe por quê? Porque a água naquele dia tava tão salgada e não tinha como”<sup>4</sup>.

Apesar de não conseguir precisar a data, o depoimento do seu Pedro comprova a afirmação de Scheibe e Pellerin (1997: 118) sobre a influência dos ventos para entrada de água do mar na lagoa.

---

<sup>3</sup> Canal Aberto que liga a Lagoa de Sombrio ao Rio Mampituba.

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 02 de março de 2009, com o senhor Pedro Santos.

Nesse contexto, diversos dados foram coletados em campo, considerando a importância de uma obra de caráter provisório que teria por finalidade o estreitamento do canal para elevação da lâmina d'água. Os pesquisadores afirmaram neste EIA que o problema era complexo e que necessitava de estudos mais detalhados de caráter urgente.

O Segundo EIA foi produzido em 2005, pela Empresa Júnior de Engenharia Ambiental da UNISUL, campus Palhoça, possui um caráter bem mais detalhado e também foi encomendado pela Prefeitura Municipal de Sombrio. O processo de salinização na parte Sul da Lagoa do Sombrio foi avaliado, segundo o relatório a salinização não ocorreu em virtude do alargamento do canal da “Barrinha”, ou seja, com uma recente entrada de água salgada. Mas, em razão do lançamento de efluentes domésticos não tratados na lagoa.

Essa observação parece meio controversa, pois a parte norte da lagoa recebeu esses efluentes domésticos durante anos, e conforme o referido estudo e a análise da água é na parte sul que existem maior grau de salinização.

Cabe salientar que inúmeros relatos, contidos nos dois projetos de impacto ambiental, de moradores do entorno da Lagoa e adjacências, indicam que num passado recente esta possuía uma lâmina d'água que, além de mais profunda, alcançava cotas mais altas. Esses relatos atribuem como principal causa do seu rebaixamento e assoreamento a construção dos canais de drenagem como os que ligam a Lagoa do Caverá à do Sombrio e, principalmente, aquele que liga a Lagoa do Sombrio ao rio Mampituba e ao cultivo do arroz cada vez mais intenso e agressivo nas suas margens.

As considerações finais do IEA de 2005 ressaltam temas como a poluição na lagoa, levando em consideração o elevado nível de nitratos oriundos do esgoto urbano e dos adubos nitrogenados da lavoura, a retirada da vegetação costeira para aumento da área agriculturável, a produção de detritos do rebanho bovino local e a pequena infra-estrutura de saneamento básico e sistema de distribuição de água nos centros urbanos que margeiam a lagoa. Na parte final são discutidas as vantagens e desvantagens do barramento do canal da Barrinha, onde foram observadas de forma mais geral as características do meio natural e por isso o relatório não aponta o represamento como benéfico à lagoa, mas sem descartar as oscilações do nível da água sugere que este não deve ser o motivo principal para a preservação do manancial. Entretanto afirma que existem outras ações que podem elevar o nível da lâmina d'água, “(...)As alterações da drenagem superficial na bacia, o desmatamento, a impermeabilização do solo e a retirada de água subterrânea por meio de poços, são ações capazes de provocar oscilações significativas” (EJEA. 2005: 74).

Para que através da história ambiental se possa fazer um diagnóstico com as especificidades locais é necessária uma confrontação tanto de fontes oriundas das ciências naturais, como no caso dos EIA, quanto das formas dos locais “lerem” o meio natural. Para isso, a metodologia de história oral tem muito a acrescentar, por conseguinte ela permite ver as “histórias dentro da história” (ALBERTI. 2006: 155).

O contato com o universo cultural do entrevistado é profundamente enriquecedor para a história ambiental por dois motivos claros. O primeiro deles é o contato com informações sobre os ciclos do mundo natural, as questões que são percebidas durante o passar dos anos. O segundo aspecto está ligado a representação que a natureza tem entre os indivíduos e a maneira com que os mesmos interagem com o mundo natural.

Durante as entrevistas pôde ser observado que, como afirma Alessandro Portelli, é vantajoso criar um vínculo com o entrevistado como, por exemplo, conhecendo o vocabulário e valorizando a profissão (PORTELI. 1997: 23). Nesta pesquisa em particular, os pescadores queriam ser ouvidos, pois se vêem como responsáveis por um patrimônio que caminha para a destruição. Por isso seu silêncio sobre questões polêmicas na localidade, como o cultivo de arroz nas margens da lagoa, foi vencido pela necessidade de alertar a população urban sobre o “verdadeiro” estado da lagoa.

O posicionamento dos pescadores sobre a situação da lagoa também encontra guarida em uma conjuntura recente. Já com idade avançada, advertem não ter medo de falar, Michael Pollak, auxilia nessa questão ao alegar que, “(...) no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK. 1989: 07). A memória que agora busca fugir ao esquecimento ainda deve encontrar uma conjuntura que propicie a contestação da memória coletiva em uso, neste caso a idéia de que os pescadores haviam utilizado os recursos naturais indiscriminadamente e por isso hoje sofrem com a falta de peixes.

Como solução para os problemas da lagoa o Senhor João Marinho<sup>5</sup> aponta medidas a longo prazo, que segundo ele, dariam certo. O estreitamento do canal da Barrinha, a crescente diminuição das práticas agrícolas das margens da lagoa e de seus afluentes e a fiscalização das prefeituras para que pescadores que não são ligados às colônias de pesca. Visto que em sua maioria os descadastrados (pescadores que não são ligados à Colônia de Pescadores) usam redes com espessura muito fina, o que compromete estabilidade da quantidade de peixes.

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada em 16 de março de 2009.

A necessidade de fiscalização também estava presente na fala do Sr. Pedro China. Assegura o morador do Morro dos Macacos que, no passado os “pescadores tiravam da lagoa só o que precisavam, mas hoje é diferente, eles [os pescadores de fora] vêm com malha fininha e levam tudo”. O choque dos modos de vida influenciados pelas transformações econômicas, como esta apontada pelo entrevistado, já foram analisadas por outros pesquisadores. Em *Pescadores da Modernagem* (2007), Wellington Castellucci Júnior trata das transformações culturais, do trabalho e da memória em Tairu-BA. Na obra a “modernagem”, forma com que os pescadores locais tratam a modernidade, é retratada como desfiguradora das tradições e costumes.

Depois do EIA de 2005 o cultivo de arroz foi proibido nas margens do manancial por ordem da Promotoria Pública da Comarca de Sombrio. Segundo os entrevistados, atualmente nenhum pescador consegue viver exclusivamente da pesca na Lagoa de Sombrio, e os reflexos da proibição da rizicultura nas áreas limítrofes da lagoa ainda não foram sentidos pelos pescadores.

A história ambiental dirige os holofotes de pesquisa à articulação entre os recursos naturais, o uso dos mesmos pelos seres humanos e, ainda, a degradação que implica o uso indevido desses recursos. Neste caminho é indispensável à compreensão de que os seres humanos fazem parte do meio ambiente, sendo que muitas vezes o que leva a degradação do meio é a indiferença do homem à natureza que o cerca.

O objetivo deste trabalho não é trazer a “verdade final” sobre o estado da Lagoa de Sombrio durante o período analisado (1960-2005). À medida que novas pesquisas forem realizadas possivelmente novas descobertas serão articuladas às necessidades locais. No horizonte desta pesquisa estavam as questões extremamente debatidas nas comunidades limítrofes à lagoa e os problemas relacionados a degradação do manancial de água na visão dos pescadores. Sendo assim, essa pesquisa não almeja resolver o problema ou estancar o debate, mas, sim, trazer ao campo de embates e debates mais vozes que deverão ser ouvidas.

### **Bibliografia**

ALBERTI, Verena. As Histórias Dentro da História. In: \_\_PINSKY, C. B.(Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: Fontes, Temas e Linhas de Pesquisa. In: \_\_*Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

CARVALHO, Miguel M. X de. **Uma História do Uso de Agrotóxicos em Santa Catarina:** da Revolução Verde a Agroecologia. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural. Estação Experimental de Urussanga. **Estudo de Impacto Ambiental da Lagoa do Sombrio.** Urussanga, 1999.

PÁDUA, J. A. **Um Sopro de Destruição:** Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Edições Vértice, Vol. 2, nº 3, 1989. pp 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. In: **Ética e História Oral:** Projeto História. São Paulo, vol. 15, 1997, p. 1349.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; LINHARES, Maria Yedda. Região e História Agrária. In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 8 n. 15, 1995, p. 17-26.

SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel. **Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina:** o município de Sombrio. Florianópolis: FEPEMA, 1997. 153p.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.